

## PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO (RS) A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO ARTESANATO EM LÃ

### PERSPECTIVE FOR THE DEVELOPMENT OF THE CITY OF SANTANA DO LIVRAMENTO (RS) FROM THE SOLIDARITY ECONOMY AND WOOL CRAFTS

Altair BUNDE\*

Christianne Teixeira ALBUQUERQUE\*\*

Cassiane da COSTA\*\*\*

---

**Resumo:** O município de Santana do Livramento (RS) é um grande produtor de lã e conta com uma cooperativa para o beneficiamento desse produto, além de diversos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que se utilizam da lã para a confecção de peças artesanais. Nesse contexto, o artesanato em lã emerge como uma boa alternativa de geração de trabalho e renda. Diante disso, a presente pesquisa buscou estudar a importância do artesanato em lã para o município. Para atender o objetivo proposto, realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com realização de entrevistas. Com o estudo, constatou-se que o município de Santana do Livramento apresenta uma grande produção de lã. Aponta-se o artesanato em lã organizado solidariamente como alternativa para a geração de trabalho e distribuição de renda no município.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Artesanato em lã. Trabalho. Distribuição de renda.

---

**Abstract:** The city of Santana do Livramento (RS) is a major wool producer and has a cooperative for the processing of this product, as well as several solidarity economic ventures (SEV) that use wool to produce handicraft pieces. In this context, wool handicraft emerges as a good alternative for the generation of work and income. Therefore, this research aimed to study the importance of wool handicrafts to the city. A bibliographical, documentary and field research was carried out with interviews. Through the study, it was seen that Santana do Livramento presents a large wool production. Thus, wool handicrafts solidarily organized is an alternative for the generation of work and income distribution in the city.

**Keywords:** Solidary Economics. Socio-economic-cultural-sustainable development. Wool handicraft.

---

Submetido em 06/01/2018.

Aceito em 09/08/2018.

---

\* Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), campus de Catalão; doutorado em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG) e, atualmente, é professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus de Santana do Livramento (RS); é líder do Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Território – GEISAT, cadastrado junto ao CNPq.

\*\* Graduada em Administração de Empresas pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP); Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Pós-graduada pela UFRGS em Gestão de Saúde. Pós-graduada pela Unipampa em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira e em Gestão Pública. Estudante em Regime Especial do Mestrado em Administração da Unipampa.

\*\*\* Professora Adjunta de Desenvolvimento Rural da UERGS, Unidade Santana do Livramento. Doutora em Extensão Rural pela UFSM, Mestre em Extensão Rural pela UFSM e Tecnóloga em Agropecuária pela UERGS. Atua em temáticas como reprodução social na agricultura familiar, extensão rural, agroecologia, juventude rural e economia solidária.

## Introdução

Em uma economia competitiva, pode-se dizer que “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (SINGER, 2002, p. 08). As vantagens e desvantagens são repassadas para as suas gerações num ciclo econômico cruel, o que resulta em sociedades cada vez mais desiguais. Com essa perspectiva, constroem-se alternativas de uma sociedade mais igualitária em meio a uma grande parte da população que se encontra excluída do mercado de trabalho formal; surge daí a economia solidária como alternativa de geração de trabalho e renda. No entanto, para que isso ocorresse, foi necessária a intervenção do Estado por meio de políticas públicas para gerir as relações de trabalho e promover a proteção social aos trabalhadores. De acordo com Stavie (2009), com a crise do desemprego estrutural e a adoção de políticas públicas de geração de renda e emprego, tornou-se constante, no cenário governamental, o incentivo aos pequenos estabelecimentos de trabalhadores autônomos.

Dentre as matérias-primas utilizadas para a confecção do artesanato local, destaca-se a lã pela tradicional consolidação da criação de ovinos em Santana do Livramento. Dados do IBGE (2014) apontam Santana do Livramento com uma produção crescente, atingindo, em 2014, 11% do total de ovinos tosquiados do Rio Grande do Sul (RS). No ano de 2015, foram 414.175 ovinos tosquiados, o que rendeu 1.570,223 toneladas de lã, equivalente a 14,41% da produção gaúcha. Isso coloca o município como o maior produtor do estado do RS.

Com a produção de lã, surge o artesanato, que, para o município, é uma alternativa para promover o desenvolvimento baseado em pilares que conservem o meio ambiente. Segundo Dias, Anicet e Steffen (2015), trata-se de uma fibra cuja matéria-prima é considerada sustentável pelo fato de ser uma fonte natural, renovável e biodegradável.

Outro ponto a destacar é que o município possui diversos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), dentre eles, uma Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Fiação e Tecelagem de Santana do Livramento Ltda (COOFITEC), sendo uma opção local o fornecimento de lã para a confecção de produtos artesanais de outros EES. Segundo Silva (2001), a COOFITEC nasceu da necessidade da geração de novos postos de trabalho para a sobrevivência de um grupo de trabalhadores desempregados do setor lanheiro.

De certa forma, “as mercadorias mundializadas, importadas e fabricadas com alta tecnologia contrapõem-se aos artesanatos (feitos de lã e couro) e que tradicionalmente são ofertados na fronteira e apreciados pelos turistas.” (MARQUETTO, 2012, p. 211). Portanto, a localização na fronteira entre Brasil e Uruguai, onde, do outro lado da fronteira, tem-se a cidade de Rivera, faz com que Santana do Livramento tenha aspectos culturais ricos e diferenciados, presentes nos artesanatos em lã, oriundos dos EES locais. Assim, as iniciativas de EES, como os que desenvolvem o artesanato em lã, passam a ter um caráter cultural e um viés econômico, pois impactam na geração de trabalho, renda, inclusão e justiça social, igualdade,

sustentabilidade e potencialização das vocações das regiões, sendo uma alternativa para o desenvolvimento local (SANTOS, 2007).

A partir disso, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, buscou-se responder à seguinte problemática: De que forma o artesanato em lã, organizado solidariamente, contribui para o desenvolvimento do município de Santana do Livramento? Diante disso, a presente pesquisa buscou estudar a importância do artesanato em lã para o município.

Com a presente pesquisa, constatou-se que Santana do Livramento possui uma grande potencialidade devido à grande produção de lã e o saber fazer dos artesões e artesãs, repassado de geração em geração. No que se refere ao beneficiamento e à comercialização da fibra, conta com uma cooperativa de lã, a COOFITEC. Além disso, existem, no município, diversos EES ligados à economia solidária, que se utilizam da lã para a confecção de peças artesanais, fazendo com que o artesanato em lã seja colocado como uma boa alternativa de geração de trabalho e renda.

## **1. Economia Solidária: conceito e discussão**

Nas palavras de Corragio (2002), as teorias neoliberais estão a serviço do conservadorismo e dos monopólios, validando o princípio do mercado total, no qual cada indivíduo procura, de maneira egoísta, o que é melhor para si, competindo com todos os demais. O resultado gera empobrecimento, concentração de riqueza, exclusão, crise, desespero e guerra. Uma alternativa a essa ideologia, segundo o autor, pode ser provida por outra economia, centrada na reprodução do trabalho e não apenas na acumulação de capital.

Para Christofletti (2002), em um modelo neoliberal, é central o mercado capitalista, sendo Estado e sociedade norteados pelo interesse do lucro acima de tudo, com a produção e acumulação de riquezas, o que resulta num cenário de desigualdades sociais, miséria e exclusão. Assim, é preciso ir além e buscar alternativas possíveis para melhorar as condições de vida da população, portanto, acreditando-se em um movimento em busca de alternativas e de condições mais dignas, emergiu a Economia Solidária.

A Economia Solidária é apresentada com diferenças terminológicas, sendo que cada autor toma para si uma dessas terminologias. Destaca-se, na França, Jean-Louis Laville; no Brasil, Paul Singer, Gabriela Cavalcanti Cunha, Euclides André Mance, dentre outros. Contudo, na América Latina, a discussão sobre a Economia Solidária, para a maioria dos estudiosos, está relacionada a um contexto de crise econômica e exclusão social, relacionado a problemas sociais, como desemprego, precarização e marginalidade. O conceito de Economia Solidária também não é consenso entre os diferentes estudiosos que tratam o tema: em países europeus, é chamada de economia social (CUNHA, 2003).

Para Laville (2004), o uso do conceito Economia Solidária pode levar a uma errônea interpretação, remetendo a ações caritativas e a ser pensada como uma substituição da ação pública pela caridade. Diferentemente de Laville, que não pensa a Economia Solidária como uma forma de superação ao

capitalismo, Singer (2002) afirma que, se toda economia fosse solidária, a sociedade seria menos desigual e, cooperando entre si, haveria um modo de produção que iria se opor ao capitalismo, que só produz desigualdades.

Segundo Schiochet (2012, p. 24), o conceito de Economia Solidária é “utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão.” Para Kapron (2002, p. 48), a Economia Solidária é uma prática e não tão somente uma teoria, pois é parte da luta dos trabalhadores pela sua sobrevivência devido à insuficiência do mercado em garantir uma produção e uma distribuição, sendo que o desenvolvimento a partir da ótica capitalista tem duas faces: “[...] de um lado a concentração, de outro, a exclusão.” Assim, a Economia Solidária seria a instituição de “[...] associações entre iguais em vez do contrato entre desiguais [...] a solidariedade na economia só pode realizar-se sendo organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar.” (SINGER, 2002, p. 9).

No Brasil, a Economia Solidária emergiu como uma resposta dos operários à crise vivenciada desde a década de 1980 (CUNHA, 2003). Essa conjuntura contribuiu para compreender a renda da produção também como um bem público, sendo necessário distribuí-la e apropriá-la solidariamente; ademais, não se trata apenas de solidariedade na produção, necessita-se de uma organização e articulação com os demais setores sociais (KAPRON, 2002).

A Economia Solidária “[...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, [...] permitirá [...] dar a muitos [...] a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva.” (SINGER, 1999, p. 138). Portanto, a nova essência é composta por “relações de produção que trazem a inovação de estarem centradas na valorização do trabalho e do trabalhador e não do capital.” (KAPRON, 2002, p. 49). Nesse contexto, estão presentes, na Economia Solidária, conceitos como autogestão, coletividade, solidariedade, planejamento, cooperação, democracia, participação (CHRISTOFOLETTI, 2002).

Destaca-se que as empresas capitalistas, em resposta à queda de produção e consumo, reagem, dentre outras práticas, demitindo, enquanto que as atividades de Economia Solidária, como as cooperativas, formam redes, fortalecendo-se e partilhando prejuízos e lucros (SINGER, 2014). As cooperativas contribuem para a geração de trabalho, renda, inclusão e justiça social, igualdade, sustentabilidade e potencialização das vocações das regiões, fomentando o desenvolvimento local (SANTOS 2007). Portanto, em decorrência da necessidade de mudanças estruturais no cenário socioeconômico da sociedade, apresenta-se o município de Santana do Livramento, pensado a partir de políticas públicas de Economia Solidária e do incentivo ao artesanato em lã como um novo viés para o desenvolvimento local.

## **2. Economia Solidária: políticas públicas de incentivo ao artesanato**

A Economia Solidária tornou-se um tema de estudos e entrou na pauta do poder público por se apresentar como uma das saídas para o desemprego. O desemprego é, atualmente, “parte integrante da estrutura da sociedade capitalista, mas o trabalho não deixou de ser um importante elemento da coesão social.” (PINTAUDI, 2002, p. 11). Portanto, o público-alvo das políticas públicas de Economia Solidária são trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho e/ou sem nenhuma possibilidade de retomá-lo (CHRISTOFOLETTI, 2002).

No Brasil, com o agravamento das taxas de desemprego, na década de 1980, deu-se início a uma série de atividades relacionadas à economia popular e solidária no país, fruto de diversos movimentos sociais e organizações de trabalhadores (STAVIE, 2009). A Economia Solidária passou a ser pensada como uma alternativa para a organização do mercado de trabalho e o enfrentamento do desemprego e da pobreza.

Para Praxedes (2009), a Economia Solidária é uma política de desenvolvimento voltada para um setor excluído socialmente, portanto, necessitam-se não apenas de ações setoriais, mas também atuações articuladas de várias áreas do governo e do Estado, sendo necessária sua presença em ações de planejamento, execução e avaliação. O autor ressalta que as políticas públicas no segmento da Economia Solidária são recentes e que os pequenos avanços até o momento não a colocam na centralidade das Políticas Públicas do Brasil. Para a construção dessas políticas, serão necessários fundos públicos que as financiem, fato que a Economia Solidária ainda não conseguiu constituir.

No Brasil, as atividades de Economia Solidária tomaram notoriedade a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir do Decreto 5.063, de 08 de maio de 2004, no Governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Singer (2009), na ocasião da eleição de Lula, em 2002, a Economia Solidária estava em seu programa, vindo ao encontro da atuação dos estados do RS e de SP, que já desenvolviam programas de fomento à Economia Solidária.

Durante a perspectiva de aprovação e reconhecimento da Economia Solidária, o movimento mobilizou, em 2003, o acontecimento da 3ª Plenária Brasileira de Economia Solidária, constituída por 800 delegados de todo o país, dando origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e à Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. No Brasil, a expansão da Economia Solidária para países dos seis continentes deu origem à Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS) (SINGER, 2014).

Singer (2009) relata que a fundação da SENAES, desde sua concepção, gerou parceria com 22 ministérios em programas de resgate social e forneceu cursos de Economia Solidária aos servidores municipais e estaduais. Destaca-se o mapeamento de atividades solidárias em todo o território nacional, que

mobilizou pesquisadores e universidades e resultou no Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES).

Em 2007, foi lançado o Atlas de Economia Solidária, que revelou, inicialmente, a totalidade de 22 mil empreendimentos de Economia Solidária, com 1,7 milhão de associados, movimentando, anualmente, cerca de R\$ 6 bilhões. Esses dados permitiram constatar a importância da Economia Solidária, bem como contribuiu para a sua divulgação em outros países (SINGER, 2009).

Outra política importante é o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), que surgiu em 1998, originária de uma experiência da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Em 2003, devido ao cenário propício de incentivo à Economia Solidária, a Proninc foi ampliada, e nota-se, com esse fato, um grande aumento de dissertações de mestrado e teses de doutorado cujo objeto de pesquisa é a Economia Solidária (SINGER, 2009).

Contudo, para Praxedes (2009), as atividades descritas como de Economia Solidária trazem a ideia de coletividade, originando as associações e cooperativas. Estas são caracterizadas como práticas diferentes do assalariamento formal. Portanto, as atividades solidárias, por vezes, são consideradas práticas informais. Nesse contexto, o trabalho informal é visto como positivo, e, assim, cabe ao Estado programar políticas públicas direcionadas a esse segmento. Pode-se dizer que, pela incapacidade de prover empregos, devido à sua dimensão estrutural, o Estado passa ser responsável em conceber políticas públicas, visando mitigar a amargura dos trabalhadores desempregados e na informalidade, devendo, portanto, abranger as atividades de Economia Solidária (PRAXEDES, 2009).

Referente às políticas públicas municipais, em 2006, foi instituído o Plano Diretor Participativo no município de Santana do Livramento (RS) com a finalidade de ser instrumento para o planejamento. O Plano Diretor Participativo definia, dentre outros pontos, as políticas públicas para o município, destacando que “é objetivo da Política Pública do Município ordenar o desenvolvimento das funções sociais da propriedade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar de seus habitantes.” (BRASIL, 2006, p. 4). Contudo, dentre as diretrizes estimadas, não se identificam ações nem políticas públicas de fomento à Economia Solidária. Nesse contexto, dentro da Economia Solidária, o segmento do artesanato será estudado a seguir.

Em 21 de março de 1991, passou a vigorar o Decreto que instituiu o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), contudo, em 31 de maio de 1995, este foi revogado, passando a vigorar o Decreto Nº 1.508, com a finalidade de coordenar e desenvolver atividades de valorização do artesão. Com base nesse documento, o PAB passou a subordinar-se ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, sucedido, posteriormente, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 1995). Tal Ministério, por meio da Secretaria de Comércio e Serviços, no uso de suas atribuições, tornou pública a base conceitual do artesanato brasileiro pela Portaria nº 29, de 05 de outubro de 2010. De acordo com a Portaria nº 29:

Artesanato compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (BRASIL, 2010, p. 3).

Já o indivíduo que confecciona o artesanato é o artesão, sendo que este é

[...] o trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Tem o domínio técnico sobre materiais, ferramentas e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças. (BRASIL, 2010, p. 2).

A profissão de artesão, por meio da Lei Federal nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, tornou-se objeto de política pública no âmbito da União, na qual consta a destinação de linha de crédito especial para o fomento das atividades do artesanato (BRASIL, 2015). No Brasil, dentre os ramos das atividades cooperativas mais comuns, encontra-se o artesanato, seguido de confecção, reciclagem, alimentação, serviços gerais – atividades pouco complexas e que não demandam maiores recursos técnicos e financeiros (PINTO, 2004).

Ainda no Brasil, segundo o Ministério do Turismo (2016), há cerca de 10 milhões de artesãos, visto que se trata da arte e da cultura de um povo refletida em diversos produtos, passando-se de geração para geração. No RS, tem-se a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), órgão da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do estado do RS, o qual coordena e desenvolve o Programa Gaúcho do Artesanato (PGA).

Sobre o PGA, destaca-se que este tem por objetivo incentivar a produção e a comercialização dos produtos artesanais, cuja sede encontra-se localizada na Casa do Artesão, na cidade de Porto Alegre/RS. Com base nos dados dos relatórios elaborados pela FGTAS e pelo PGA, no RS, de janeiro a setembro de 2015, tem-se um cadastro com, aproximadamente, 84.175 artesãos e, destes, encontram-se 46.198 artesãos ativos, que giraram R\$ 34.816.644,01 em notas fiscais. Em um perfil breve sobre os artesãos cadastrados, destaca-se que 7.902 possuem renda mensal de três a cinco salários mínimos; 12.187 têm idade entre 51 e 60 anos; e 37.257 são do sexo feminino (FGTAS, 2015).

### **3. Importância do artesanato em lã para o desenvolvimento do município de Santana do Livramento (RS)**

Dentre os produtos e subprodutos da ovinocultura, tem-se a produção da carne e a obtenção da lã. No início do século XX, segundo Calvete e Villwock (2007), a fibra era pouco expressiva e desorganizada,

sendo que a carne era para o consumo nas próprias estâncias, e a lã era utilizada para a confecção de artigos da lida campeira, como pelegos, arreios, cama e cobertor.

Inicialmente, o artesanato em lã no município de Santana do Livramento era produzido para atender as necessidades do indivíduo e de sua família, por meio de peças térmicas. Segundo Viana (2008), a lã fornecia proteção, visto que servia para abrigar-se das intempéries, evoluindo para a comercialização isolada ou em pequenos grupos.

Segundo Bernhard (2013), dentre as matérias-primas mais utilizadas para o artesanato, tem-se a lã, que, desde a antiguidade, era utilizada para a confecção de peças de tapeçaria e outros ornamentos. Com a Revolução Industrial, o processamento passou a ser em maior escala, tornando-se um importante produto de exportação para diversos países. Contudo, na década de 1980, com o surgimento das fibras sintéticas, derivadas do petróleo, passou por um período de desvalorização.

O uso artesanal da lã descende de milhares de anos, sendo, inicialmente, usada para fins de proteção contra as condições climáticas, sob a forma de tecidos, vestimentas, cobertores ou tapetes. Observa-se, atualmente, uma retomada da utilização da lã, motivada pela necessidade de encontrar-se com o passado, permitindo o resgate de técnicas antigas, utilizando-se de criatividade e agregação de valor, devido à exclusividade das peças (BERNHARD, 2013).

Dentre as fibras têxteis utilizadas no mundo, a lã representa apenas 2% do total, dando-se prioridade para fibras sintéticas e algodão, contudo, a sua utilização mostra-se como nicho de mercado, sendo que as pessoas, ao adquirem o produto, estão dispostas a pagar mais caro, já que se trata de uma matéria-prima diferenciada e sustentável. Cabe ressaltar que, mesmo o artesanato sendo produzido em quantidades maiores, não deve perder suas características de exclusividade, pois se constitui de uma peça única feita à mão, tendo o estilo do artesão prevalecendo o padrão da localidade na qual foi produzido (HORODYSKI; RUSCHMANN, 2007).

Destaca-se que a lã apresenta características distintas, dependendo da raça do animal, variando as possibilidades de uso, seja para utilização industrial ou artesanal, podendo ser um adicional de valorização e agregação de renda no caso de uma atividade dirigida. Assim, há países que estão se especializando em um segmento de lã com maior valor agregado, como as lãs superfinais ou lãs grossas. Ademais, ressalta-se que a lã possui inúmeras características, dentre as quais se destacam: ser isolante e reguladora da umidade, absorver umidade, resistente, resiliente, forte, flexível, elástica, de fácil cuidado, sustentável, pois é obtida sem causar prejuízo ao animal, antialérgica, terapêutica e pode ser usada na sua forma bruta, lavada, cardada<sup>1</sup>, fiada, feltrada, etc. (BERNHARD, 2013).

Para se entender a importância do artesanato em lã para o desenvolvimento nos âmbitos social, econômico, cultural e sustentável do município de Santana do Livramento (RS), é necessário realizar o mapeamento da cadeia produtiva da lã. Neste estudo, identificaram-se alguns dos principais atores dessa

---

<sup>1</sup> É o ato de destrinçar, desenredar ou pentear a lã.

cadeia, demonstrando-se a importância da fibra para o município e seu potencial como matéria-prima para o fomento de atividades solidárias, como o artesanato. O comércio dessa fibra, no município, inicialmente, deu-se nas barracas<sup>2</sup>; posteriormente, surgiu o lanifício Thomaz Albornoz, que deu origem à COOFITEC.

Segundo Viana (2008), na pauta mundial, o maior quantitativo de rebanhos está distribuído pelos países pertencentes à Ásia, África e Oceania. A respeito da produção de lã, Calvete e Villwock (2007) ressaltam que o Brasil produz 1% da produção mundial, sendo que o RS é o produtor de 90% da lã nacional, visto que estados como BA, SP e MG produzem ovinos deslanados. Segundo o autor, ao se fazer uma análise a partir de um contexto histórico, a lã atingia valores (preços) altos, contudo, começou a perder espaço para as fibras derivadas do petróleo a partir da década de 1980, resultando em uma forte queda nos preços internacionais, sendo esta a principal responsável pela redução do preço internacional da lã e, conseqüentemente, do rebanho ovino no mundo e no Brasil.

No entanto, como destaca Bernhard (2013), atualmente, esse mercado está mostrando pequenos sinais de recuperação e valorização, incorporando novas características, baseando-se na qualidade e se preocupando com questões como a sustentabilidade e o cuidado com o bem-estar do animal. Nesse contexto, o município de Santana do Livramento, segundo dados do IBGE, é o maior produtor de lã do estado do RS, sendo que, em 2015, foram 414.175 ovinos tosquiados, o que rendeu 1.570,223 toneladas de lã. O número de ovinos tosquiados no município apresentou queda até os anos de 2002 em função da crise que atingiu o setor. Contudo, a partir de 2004, tem-se mostrado certa estabilidade, inclusive com um pequeno crescimento. Para se ter uma ideia da importância da lã para a economia local, no município, foram produzidos, em 2015, 14,41% do total da lã produzida no estado do RS, segundo dados do IBGE.

No final dos anos 1970 e durante a década de 1980, chegou-se ao auge da produção de lã no município. Na década de 1990, a produção começou a cair, chegando a uma queda de 1.372.077 quilogramas de lã crua, entre 1989 e 1999, ou seja, houve uma queda na produção na ordem de 50,41%. Porém, a partir do começo dos anos 2000, a produção se mostrou estável, inclusive com pequeno crescimento a partir de 2012 (IBGE, 2015).

Ao analisar os dados do IBGE, fica comprovado que a criação de ovinos e a produção de lã movimentaram e ainda movimentam a economia do município de Santana do Livramento. Ao analisar seu histórico, percebe-se que a cultura da produção de lã no município teve momentos de auge e declínio. No que se refere à comercialização da lã *in natura*, segundo Silva (2001), de acordo com registros cadastrais da Prefeitura de Santana do Livramento, em 1998, constata-se a existência de 12 barracas de comercialização na cidade. Atualmente, existem seis barracas de comercialização de lã *in natura*, que adquirem a lã produzida por produtores locais.

---

<sup>2</sup> Barraca é como são conhecidos os locais onde é comercializada a lã *in natura* no município de Santana do Livramento (RS).

A cadeia produtiva da lã no município de Santana do Livramento teve seu início com os produtores rurais que esquilavam<sup>3</sup> as ovelhas em suas propriedades. Atualmente, para vender esse produto, dirigem-se às barracas que comercializam lã no município. Os proprietários das barracas atuam na cidade como intermediários, pois adquirem a lã dos produtores e exportam para o país vizinho, Uruguai. Atualmente, cerca de 80% da lã produzida no local é exportada para esse país. Apenas uma pequena quantidade é destinada à indústria nacional. Em muitos casos, os proprietários das barracas buscam recursos antecipados e/ou são financiados por cooperativas e empresas uruguaias para realizar a intermediação da compra da lã *in natura*. Já as empresas uruguaias beneficiam a lã e a exportam para o mundo, especialmente para a Europa (ALBUQUERQUE, 2016).

Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2016), no que diz respeito à Balança Comercial do município, a lã, mesmo com períodos de decréscimo na produção, é o principal produto exportado. Para se ter uma ideia, no período de janeiro a agosto de 2016, a lã não cardada nem penteada correspondeu a 52,46% da exportação local, chegando a 1.998,24 toneladas.

No que diz respeito à importância da lã para o artesanato, segundo Arruda et al. (2013), esse produto estimula atividades outrora inexistentes, pois incentiva a confecção e a comercialização de peças artesanais à base de lã. Além disso, a lã é uma atividade importante para a geração de renda, emprego e melhoria da qualidade de vida da localidade.

Embora a cadeia produtiva da lã em Santana do Livramento não esteja organizada, seu artesanato é um importante instrumento de desenvolvimento social, econômico, cultural e sustentável. Soma-se a isso a existência, no município, de diversos EES, dentre eles, a COOFITEC. A cooperativa se originou da falência de um dos maiores lanifícios do RS. Segundo Silva (2001), nasceu da necessidade da geração de novos postos de trabalho para a sobrevivência de um grupo de trabalhadores desempregados do setor laneiro.

O auge da cadeia de lã no município da Santana do Livramento, segundo a Revista Ilustrada, ocorreu com a instalação do Lanifício Thomaz Albornoz S.A., no ano de 1908, que resultou na geração de muitos empregos diretos e indiretos. Em 1962, o lanifício atingiu a fase industrial com a inauguração da fábrica de *tops*, proporcionando 380 empregos diretos. No ano de 1970, o lanifício beneficiava, em média, 4,5 milhões de quilos de lã bruta por ano – mais ou menos, o equivalente a 15% da produção nacional.

Contudo, a crise mundial que atingiu o setor laneiro chegou ao lanifício Thomaz Albornoz e, em abril de 1996, resultou no seu fechamento. Para Nocchi (2001), a crise no setor afetou as exportações, e as cooperativas responsáveis pela cadeia de processamento da lã foram desaparecendo. Tal acontecimento resultou em 196 desempregados do lanifício Thomaz Albornoz. Com o encerramento das atividades, muitas dívidas com fornecedores, salários atrasados, etc., ficaram pendentes de resolução. Todavia, os funcionários em negociação com a empresa optaram pela organização de uma Cooperativa de Trabalho. Foi a partir dela

---

<sup>3</sup> A esquila ou tosquia de ovelha é o ato de colher a lã dos animais. O processo é feito uma vez por ano, com uso de uma tesoura apropriada de forma manual ou com o uso de uma máquina elétrica.

que patrão e funcionários da empresa chegaram a um acordo, assinando um contrato de comodato para uso das instalações e abertura do negócio.

Em 14 de outubro de 1996, os trabalhadores, então organizados na COOFITEC, iniciaram os trabalhos novamente (SILVA, 2001). Atualmente, a COOFITEC é gerenciada por 49 cooperados, dez mulheres e 39 homens. A média de idade dos cooperados está entre 30 e 59 anos, sendo muitos deles antigos funcionários do lanifício, enquanto vários cooperados já são aposentados. Há dois funcionários contratados, sendo um advogado e uma química. Muitos dos sócios, hoje, são ex-funcionários ou parentes dos ex-funcionários do Lanifício Thomaz Albornoz (DA COSTA et al., 2016).

Quanto à produção de lã da cooperativa, apenas uma pequena parte é beneficiada no município, sendo o restante encaminhado para beneficiamento em outras localidades (Ibid.). Segundo informações da COOFITEC, a cooperativa presta serviços de lavagem e beneficiamento da lã para: a COOTEGAL de Caxias do Sul; a Alasca e a Oldi Rufi de Pelotas; a Renner, de Porto Alegre; e o Sr. João Rubens, de Mato Grosso do Sul. Essas empresas compram a lã na região e trazem para o beneficiamento na COOFITEC. O beneficiamento médio de lã por mês gira em torno de 40 toneladas, sendo que apenas 2% a 3% da produção são destinados para os artesãos da região (ALBUQUERQUE, 2016).

O fato de o município de Santana do Livramento ser o maior produtor de lã demonstra a importância da lã para a cidade, de modo que, se a ela fosse agregado valor, realizando-se seu beneficiamento no local e confeccionando-se produtos, poderia elevar a arrecadação de impostos, gerar postos de trabalho e gerar renda.

No que se refere à organização da economia solidária, dentre os EES de Santana do Livramento, destaca-se, na confecção de artesanato em lã, a Associação Teares do Sul, estruturada com base no projeto *Tecendo Sonhos e Construindo a Realidade*, composta por dez indivíduos. A associação confecciona peças artesanais e as comercializam. As atividades realizadas pelo EES Associação Teares do Sul vão além do beneficiamento da lã: realizam a fiação, o tingimento, a tecelagem e, por fim, a venda dos produtos confeccionados. Podem-se citar como principais peças artesanais confeccionadas pela associação: o pala e o xergão<sup>4</sup> –tradicional da cultura gaúcha – tapetes, cobertores, coletes, mantas, ruanas, dentre outros.

Outro EES do município de Santana do Livramento que trabalha com artesanato em lã é o Grupo de Mulheres Vera Lúcia, localizado no assentamento de reforma agrária Liberdade para o Futuro. Esse grupo de mulheres iniciou suas atividades em 2005, por meio de trabalho solidário, devido às necessidades de adaptação e enfrentamento ao clima frio, visto serem oriundas de outros municípios, buscando auxiliar na melhoria da renda familiar. Para o trabalho artesanal, utilizam como principal matéria-prima a lã, sendo que o produto ganha peso regional, fortalecendo a tradição no momento da comercialização.

---

<sup>4</sup> No regionalismo gaúcho, xergão é uma manta de algodão ou de lã que se coloca sobre a sela, ou seja, é o apetrecho de montaria que se localiza entre o cavaleiro e a sela.

Nota-se que os artesãos não se envolvem somente com a produção, mas participam de toda a cadeia, desde o processo que envolve a criatividade no momento do projeto, realizando a confecção, a comercialização e ainda o marketing para atrair compradores (LIMA, 2015). A matéria-prima predominante na confecção do artesanato dos EES no município é a lã. Por ser abundante no local, é adquirida pelos artesãos por intermédio da COOFITEC e/ou nas barracas de comercialização de lã. A Cooperativa fornece lã para os artesãos locais, visto que facilita a venda, pois comercializa em pequenas quantidades. O processo de comercialização de lã da COOFITEC com os artesãos se dá por um processo de troca: a Cooperativa lava toda lã do artesão e lhe devolve 50%, pagando a diferença de R\$ 4,70 quando se trata da lã preta (ALBUQUERQUE, 2016).

Por se tratar de uma fronteira turística, visualiza-se a importância do artesanato em lã para o desenvolvimento do município de Santana do Livramento, pois, ao deslocar-se para uma localidade, o turista manifesta o anseio de levar consigo um *souvenir*, ou seja, uma representação do local visitado. Além disso, projetos turísticos, frequentemente são relacionados ao artesanato, pois os artefatos atraem os turistas (HORODYSKI; RUSCHMANN, 2007).

Assim, a lã como matéria-prima possibilita a confecção de peças artesanais que atendem o consumidor local para uso na lida do campo, bem como pode ser utilizada para confecção de *souvenir*, visando aos turistas, servindo para a reprodução e repercussão, mesmo que de forma indireta, da cultura local, principalmente no que se refere às tradições do homem de vida campesina (ARRUDA et al., 2013).

Contudo, é necessário entender que o artesanato trata de fenômeno heterogêneo, além de complexo e diversificado, pois perpassa pelas dimensões socioculturais e econômicas da sociedade, sendo, também, uma maneira de expressão cultural (LIMA, 2015). Devido ao fato de o artesanato ser um fenômeno que compreende diferentes dimensões, apresenta-se como um potencial para o desenvolvimento.

Dentre as utilidades para a lã, destaca-se, no município de Santana do Livramento, o trabalho dos artesãos locais, que transformam a fibra em diversos produtos, sendo que a união de alguns artesãos resultou em EES. Estas, em sua maioria, comercializam os produtos na Casa Ecosol, em feiras e, por vezes, diretamente, aos clientes.

Mauro (2002) ressalta que as formas de produção locais, que reúnem os capitais ganhos, resultarão em uma movimentação dos recursos financeiros que permanecerão e possibilitarão a sua reaplicação no próprio município. Assim, nesse cenário de crise e pensando-se em prol de uma perspectiva de desenvolvimento local, o artesanato em lã apresenta-se como alternativa.

Um dos exemplos da potencialidade do artesanato em lã foi destaque em reportagem do programa Campo e Lavoura, realizada no dia 14 de julho de 2013, que destacou a importância da lã de ovelha como matéria-prima para confecções de peças de vestuário em Santana do Livramento. Essa reportagem demonstrou que a tradição típica da fronteira é mantida pela habilidade dos artesãos, pois a fibra é a principal matéria-prima para a confecção de peças, que vão desde o vestuário até itens de montaria nos cavalos, tais como pelegos, xergões, cobertores, ponchos, mantas. É uma atividade artesanal que garante renda e trabalho

para muitos indivíduos e contribuiu para o desenvolvimento da ovinocultura, setor de grande importância para o município.

Na reportagem, foi entrevistada uma artesã, que relatou o porquê de sua decisão em investir no artesanato em lã. Produzindo em sua casa, trabalha com mais seis indivíduos, que confeccionam cerca de 30 tipos de peças, todas com lã de ovelha local. Os preços dos produtos variavam, sendo que os ponchos custavam entre R\$ 130,00 a R\$ 150,00; os cobertores, de R\$ 100,00 a R\$ 140,00; as mantas, R\$ 50,00 em média; e os xergões, R\$ 25,00. A artesã, por fim, observou que os xergões, peça tradicional da cultura gaúcha, são os mais procurados, tendo uma boa clientela nas correrias e agropecuárias locais, chegando a vender 50 peças por semana (CAMPO E LAVOURA, 2013).

Com o intuito de fomentar o artesanato em lã no município de Santana do Livramento, algumas atividades vêm sendo desenvolvidas, como feiras e mostras. No mês de julho de 2014, a parceria entre a Emater/RS-Ascar e as Secretarias de Cultura e de Turismo de Santana do Livramento promoveram, no município, a mostra temática *Os caminhos da lã e da pele ovina no artesanato gaúcho* (EMATER, 2014). O evento ocorreu na Estação Cultura da cidade, objetivando a valorização e o incentivo à tradição da lã ovina. O gerente regional da Emater/RS-Ascar, Luis Fernando Fabrício, relatou que a produção da lã no Bioma Pampa tem grande importância porque “preserva o meio ambiente e tem tanta potencialidade para gerar renda.” (EMATER, 2014, s.p.).

Destaca-se, ainda, que, de acordo com artesã Maria Leci Vieira Vaqueiro, da localidade rural Ibicuí da Armada, que expôs seu trabalho, a mostra foi uma oportunidade para divulgar seu artesanato, afirmando que “O artesanato com lã e pele ovina dá trabalho de fazer, é uma transformação da lã.” A artesã contou que as peças mais vendidas eram os xergões e os cobertores. Por fim, a artesã, Claudiana Xavier afirmou que esses eventos “valorizam o trabalho e levantam a autoestima.” (EMATER, 2014, s.p.).

Enfatizam-se, também, como atividade que potencializa o artesanato em lã, as feiras de artesanato realizadas pela Casa da Ecosol, como as que frequentemente ocorrem perto de datas festivas no centro do município de Santana do Livramento, no Largo Hugolino Andrade, e que proporcionam maior visibilidade para os produtos dos artesãos, atraindo turistas e fomentando a cultura. Conforme o Ministério do Turismo (2016), a venda do artesanato para os turistas movimenta a economia da cidade, gerando renda e emprego, não somente para a família do artesão, mas para a sua comunidade.

Em pesquisa realizada por Esteves e Santos (2014), na Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento, constatou-se que os artesãos, após iniciarem suas atividades no local, obtiveram um aumento em sua renda, sendo que ela complementa seus ganhos e melhora as suas vidas e a de seus familiares. Ainda, pode-se ressaltar que essa renda extra estimula o consumo, movimentando o mercado e favorecendo a economia local. Contudo, o estudo também constatou a falta de valorização dos produtos que eram comercializados na Casa de Ecosol, verificando-se a necessidade de um local mais adequado para a comercialização, bem como que favorecesse a exposição dos produtos.

De acordo com Moura (2011, p. 35), “o artesanato tradicional é baseado na produção familiar ou de grupos favorecendo a continuação de técnicas e processos originais advindos de uma cultura e tradição locais.” Em contrapartida à massificação e padronização dos produtos globalizados, os consumidores têm ido à busca de produtos diferenciados e originais, contribuindo para o resgate cultural e fortalecendo a identidade da região. Portanto, as peças artesanais evidenciam a identidade cultural local (SANTOS et al., 2010). Assim, afirma-se que o artesanato em lã de Santana do Livramento evidencia a identidade cultural da região.

Diante disso, o apoio a iniciativas que promovam a cultura local por meio da organização de empreendimentos econômicos solidários é importante, em especial, se forem criados espaços vinculando as mulheres que atuam e/ou possam vir a atuar com artesanato em lã. O incentivo à formação de associações, o apoio à diversificação produtiva, às atividades não agrícolas e a maior oferta de linhas de crédito específicas a esse público podem ser boas alternativas para o desenvolvimento local.

### **Considerações Finais**

Ao analisar a cadeia produtiva da lã no município de Santana do Livramento, contatou-se a grande produtividade e comercialização de lã por parte dos produtores rurais e das barracas que fazem a intermediação. Destaca-se, ainda, a existência da cooperativa COOFITEC, que realiza o beneficiamento do produto. Contudo, a cadeia produtiva apresenta fragilidades no beneficiamento e aproveitamento da lã no município, sendo que a fibra, quase em sua totalidade, é destinada à exportação de forma *in natura*.

No que diz respeito à importância dos produtos artesanais, segundo Lima (2015, p. 15), “o produto artesanal é um objeto singular dotado de valor mercantil e simbólico, que tem um importante papel na promoção da inclusão social por meio da geração de renda e também o resgate de valores culturais e regionais.” Esses elementos reforçam a tese sobre a importância do artesanato em lã como alternativa de geração de trabalho e renda no município.

A partir da pesquisa realizada, foi possível constatar que o município de Santana do Livramento possui uma Casa de Economia Solidária e EES que confeccionam artesanato em lã. No entanto, a cidade não possui políticas públicas locais de incentivo à Economia Solidária e ao artesanato em lã, mesmo sendo o maior produtor de lã do Brasil. O que falta para estimular essa atividade são políticas públicas de incentivo. Com políticas públicas voltadas para a atividade, seria possível desenvolver os EES já existentes, bem como fomentar o surgimento de novos. Assim, seria possível contribuir diretamente no combate ao desemprego por meio da geração de trabalho e renda. O artesanato em lã organizado solidariamente por meio dos EES já contribui e apresenta potencial para contribuir muito mais para o desenvolvimento local, visto que, por meio dele, pode-se fortalecer a cadeia produtiva da lã, gerar trabalho e renda, melhorar a qualidade de vida e diminuir a desigualdade social. Os produtos artesanais, como é o caso do artesanato em lã, também podem fortalecer o incentivo ao turismo, além de fomentar a cultura local.

## Referências

ALBUQUERQUE, C. T. **Economia solidária**: a importância do artesanato em lã para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural sustentável de Sant'Ana do Livramento/RS. 78 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Unipampa, Sant'Ana do Livramento, RS, 2016.

ARRUDA, D. de O. et al. Artesanato em Lã de Ovinos, Turismo e Desenvolvimento Local. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 4, p. 661-670, 2013. Disponível em: <[www.pasosonline.org/es/articulos/download/file?fid=57.650](http://www.pasosonline.org/es/articulos/download/file?fid=57.650)>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BECKER, R. B. Estudo sobre a presença das mulheres no artesanato: construindo caminhos entre educação e artesãs. In: 9º ANPED Sul: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Universidade de Caxias do Sul/RS. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao de Pessoas Jovens e Adultas/Trabalho/06\\_50\\_44\\_2608-6621-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao%20de%20Pessoas%20Jovens%20e%20Adultas/Trabalho/06_50_44_2608-6621-1-PB.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BERNHARD, E. A. Produção Sustentável e Alternativas para o Mercado de Lã. In: Congresso Latinoamericano De Especialistas En Pequeños Rumiantes Y Comélicos Sudamericanos. **Anais...** p. 8-16, 2013. Disponível em: <<http://www.caprivilvirtual.com.br/Artigos/CongressoLatinoamericanoPequenosRuminantes2013/palestras/0000011186-PALESTRA2Bernhard.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995. Dispõe sobre a subordinação do Programa de Artesanato Brasileiro, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 maio 1995.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 45, de 10 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo como Instrumento básico de Planejamento do Município, cria o Conselho de Planejamento da Cidade e dá outras providências. **Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento**, Sant'Ana do Livramento, 10 out. 2006.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 29, de 05 de outubro de 2010. Torna pública a base conceitual do artesanato brasileiro para padronizar e estabelecer os parâmetros de atuação do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB em todo o território nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015. Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 out. 2015.

CALVETE, R.; VILLWOCK, L. M. Perfil da ovinocultura de lã e carne do Rio Grande do Sul e seus desafios para o futuro. In: 45º Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina (PR), 2007.

CAMPO E LAVOURA. **Cooperativa de fiação e tecelagem de Sant'Ana do Livramento volta a funcionar no RS**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/videos/v/cooperativa-de-fiacao-e-tecelagem-de-santana-do-livramento-volta-a-funcionar-no-rs/2383559/>>. Acesso em: 30 jan. 2017

CHRISTOFOLETTI, C. M. C. Município de Rio Claro (SP – Brasil). In: SILVANA, Maria Pintuadi (Org.). **Economia Solidária: um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. p. 115-125.

CORAGGIO, J. L. A proposta de Economia Solidária ante a economia neoliberal. In: SILVANA, M. P. (Org.). **Economia Solidária: um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. p. 15-26.

CUNHA, G. C. Dimensões da luta política nas práticas de Economia Solidária. In: DE SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Orgs.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 45-72.

DA COSTA, F. O. **Uma proposta de cadastro para controle dos sócios de uma cooperativa no município de Sant'Ana do Livramento**. Relatório de Estágio, Unipampa, Sant'Ana do Livramento, 2016.

DA COSTA, C. et al. **Relatório do Projeto de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**. Sant'Ana do Livramento/RS, chamada MCTI-SECIS/MTE-SENAES/CNPq N° 21/2015.

DIAS, É. A.; ANICET, A.; STEFFEN, C. A lã como matéria-prima: seus processos de simbolização e comunicação através da ótica pierciana. In: 11ª Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação SEPESQ, 2015. **Anais...** Centro Universitário Ritter dos Reis. Disponível em: <[http://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos\\_trabalhos/3612/861/995.pdf](http://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/861/995.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2017.

EMATER/RS. Valorização do artesanato regional é destaque de Mostra Temática em Sant'Ana do Livramento. 2014. Disponível: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=19840#.WCNpudIRFD8>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

ESTEVES, V. V. S.; SANTOS, G. D. V. M. **Políticas Públicas: contextualizando a Casa de Economia Solidária de Sant'Ana do Livramento**. 24 f. 2014. Artigo (Graduação em Gestão Pública) – Universidade Federal do Pampa, Sant'Ana do Livramento, 2014.

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO R AÇÃO SOCIAL – FGTAS. **Programa Gaúcho de artesanato**. Porto Alegre. Disponível: <<http://www.fgtas.rs.gov.br/programa-gaucha-do-artesanato>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

GUIMARÃES, A. Q. Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, Economia Solidária e desenvolvimento local. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338, nov. 2011. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/2381/2979>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

HORODYSKI, G. S; RUSCHMAN, D. V. de M. O artesanato dos campos gerais do Paraná. **Revista Eletrônica do Turismo Cultural**, n. 1, abr. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sant'Ana do Livramento Rio Grande do Sul: síntese das informações**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431710&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Tabela 95: Ovinos Tosquiados**. 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/95#resultado>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

KAPRON, S. Economia popular solidária: política pública para o desenvolvimento. In: SILVANA, M. P. (Org.). **Economia Solidária: um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. p. 47-57.

LAVILLE, J-L.; FRANÇA, G. C. de. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

LIMA, F. L. Design e Artesanato: relações de poder. In: 5º Simpósio de Design Sustentável, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2015.

LUZ, M. da. et al. O Movimento de Economia Solidária em Sant'Ana do Livramento/RS/Brasil: Histórico e organização. In: 18º Fórum de Estudos: Leitura de Paulo Freire, 2016, Jaguarão. **Anais...** Jaguarão/RS, 2016.

MARQUETTO, R. M. F. **A dinâmica entre a tradição e a modernidade no contexto de Sant'Ana do Livramento–RS–BR e suas inflexões sobre a sociedade e o desenvolvimento local e regional**. 276 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – UNISC, Santa Cruz, 2012.

MAURO, C. A. de. Economia solidária: rumo a uma outra globalização. In: SILVANA, M. P. (Org.). **Economia Solidária: um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. p. 27-32.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Secretaria de Comércio Exterior. **Balança Comercial brasileira: municípios**. Publicado em 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Perfil do município**. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)>. Acesso em: 05 fev. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **A importância do artesanato para o turismo**. 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=6032:a-import%C3%A2ncia-do-artesanato-para-o-turismo>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MOURA, A. N. D. **A influência da cultura, da arte e do artesanato brasileiros no design contemporâneo: um estudo da obra dos Irmãos Campana**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NOCCHI, E. D. **Os efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos socioeconômicos no município de Sant'Ana do Livramento RS Brasil**. 71 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Integração e Cooperação Internacional) – CERIR, Universidad Nacional de Rosario Argentina, 2001.

PINTAUDI, S. M. **Economia Solidária: um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002.

PINTO, J. R. L. **Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise**. 213 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Ipea**, v. 39, 2009. Disponível em:

<[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ES3Sandra.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2017.

REVISTA ILUSTRADA. **Sant'Ana do Livramento**: uma história de 150 anos. Ano 1973.

SANTOS, R. L. **Desenvolvimento local sustentável caracterização do APL de artesanato de linha do município de Tobias Barreto – SE**. 135 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2007.

SANTOS, T. de S. et al. O artesanato como elemento impulsionador no Desenvolvimento Local. In: 7º Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010, Resende. **Anais...** Resende/RJ, 2010. Disponível em:

<[https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/523\\_O%20Artesanato%20como%20elemento%20impulsionador%20no%20Desenvolvimento%20Local.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/523_O%20Artesanato%20como%20elemento%20impulsionador%20no%20Desenvolvimento%20Local.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2017.

SCHIOCHET, V. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. In: BENINI, É. et. al. (Orgs). **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 17-44. 2 v.

SILVA, L. M. da. **A coexistência entre os princípios cooperativos e a gestão empresarial numa cooperativa de trabalho**: estudo de caso da COOFITEC. 134 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFRGS, Porto Alegre, 2001.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Ipea**, v. 39, 2009. Disponível em:

<[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/06\\_ES1Paul.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/06_ES1Paul.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Ipea**, v. 56, 2014. Disponível em:

<[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56\\_econ02\\_dez\\_anos.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2017.

STAVIE, P. M. Políticas públicas e economia solidária: considerações e divergências sobre a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Revista Políticas Públicas**, v. 13, n. 1. p. 81-88, jan./jun. 2009. Disponível em:

<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3005/3859>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

VIANA, J. G. A. Panorama Geral da Ovinocultura no Mundo e no Brasil. **Revista Ovinos**, v. 4, n. 12, Porto Alegre, 2008. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/228460370\\_Panorama\\_geral\\_da\\_ovinocultura\\_no\\_mundo\\_e\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/228460370_Panorama_geral_da_ovinocultura_no_mundo_e_no_Brasil)>. Acesso em: 18 fev. 2017.

1.